
Artigos Originais

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE

*University extension in the context of the relationship between the university
and society*

Marilúcia de Menezes Rodrigues*

RESUMO: *O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a necessidade de ampliar uma cultura de extensão universitária em função de se obter uma maior atribuição social à universidade. Atualmente, o grande desafio da universidade está na sua relação com o mundo fora dela. Dessa forma, a universidade se distingue dos tempos medievais nos quais, em certa medida, constituía-se num mundo em si mesma. O mundo extra-muros inclui a sociedade como um todo. E o papel da extensão deverá estar comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país, uma vez que essa função representa o elemento chave da relação Universidade-Sociedade.*

UNITERMOS: *Universidade; Sociedade; Extensão.*

ABSTRACT: *The present paper intends to reflect over the necessity to increase university extension practices aiming at a greater social role to the university. Nowadays, the great university challenge concerns its relation to the world outside its domain. Thus, it is different from the medieval times in which, in some ways, the university establishes as a world in itself. The outside world includes the society as a whole. The role of extension should be engaged with the social, scientific and technological development of the country, since this function represents the key element in the relationship University-Society.*

KEYWORDS: *University; Society; Extension.*

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e do Programa de Mestrado em Magistério Superior da UNIT.

INTRODUÇÃO

Os direitos humanos fundamentais, ao longo de cinco décadas, se ampliaram, incluindo os direitos sociais, os das minorias (raciais, religiosas ou lingüísticas), os da promoção da mulher nas áreas econômica, social e educacional e os da proteção das crianças. Esses são, dentre outros, os novos compromissos internacionais consolidados em convenções mundiais.

O princípio da educação para todos, proclamado pela Conferência Mundial sobre Educação realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, teve sua repercussão nas conclusões da Conferência Mundial para o Desenvolvimento, celebrada em Copenhague, a Conferência Mundial sobre as necessidades Educativas Especiais, celebrada em Salamanca, Espanha e a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, celebrada em *Beijing*.

Nesses diferentes eventos, a aspiração da população mundial por uma educação que vá em direção às necessidades humanas, que promova a igualdade nos vários contextos sociais, é uma tônica universal.

Na atualidade, a educação é uma problemática que preocupa e é objeto de análises de políticos, especialistas, educadores e de representantes de diferentes segmentos sociais. Isso, porque a educação está imbricada na própria existência do ser humano, na sua condição de ser social. Através da educação para todos, busca-se a possibilidade de se obter uma igualdade nas sociedades, eliminando as desigualdades em matéria da educação, suprimindo as discriminações no tocante à aprendizagem e, contribuindo para que, pela educação, o indivíduo reafirme a sua condição de ser social, viabilizando um processo de crescentes oportunidades de participação individual e coletiva.

Pelo exposto, supõe-se uma necessidade de transformação do sistema de ensino, de modo geral e do superior, em específico. Essa transformação progressiva incide no perfil de um sistema integrador do conhecimento, aberto, flexível e equitativo, com o uso de tecnologias modernas de comunicação.

Para enfrentar o próximo milênio, no qual o homem segue sendo o protagonista capaz de consolidar a educação do ponto de vista de pilar fundamental dos direitos humanos, torna-se evidente a importância de educar esse homem em consonância com os valores que sustentam a sociedade na qual ele vive.

Surge, portanto, a necessidade de uma mudança progressiva de todo o sistema educacional que deve voltar-se para uma concepção unificadora de mundo que possibilite ao homem conseguir, por meio de sua atuação, educar-se, atualizar-se e transformar-se.

No mundo contemporâneo, as condições históricas concretas estão permeadas por complexos processos de mudanças, de transformações, de reajustes sociais que buscam melhoras nos níveis econômico, político e social. Isso, por certo, repercute no sistema educacional, indicando a necessidade de análise, de reflexão dos problemas de formação e de desenvolvimento do homem, buscando diferentes caminhos e alternativas para aperfeiçoar esses aspectos.

Hoje, o grande desafio da universidade está em sua relação com o mundo fora dela. Desta forma, se distingue dos tempos medievais nos quais, em certa medida, constituía-se num mundo em si mesma. O mundo extra-muros inclui a sociedade como um todo. No mundo exterior encontram-se as empresas, os sindicatos, os clubes, as associações culturais, etc.

Ao rever seus esquemas tradicionais e para possibilitar uma educação superior renovada, ser um centro de educação permanente, a universidade terá de trabalhar, a partir de uma visão unificadora de mundo, sua organização, seus métodos e, inclusive, seus currículos.

De um lado, precisa modernizar-se tanto no nível da estrutura quanto na adaptação do ensino às exigências da sociedade. Especialmente, no contexto latino-americano, as universidades terão que estar buscando respostas mais específicas aos desafios apresentados pelos condicionantes econômicos, políticos e culturais globais. Nesse sentido, precisam estar assumindo novas concepções de aprendizagem, de desenvolvimento e de promoção da cultura para toda a sociedade, incluindo o científico, a tecnologia, os valores, as tradições e as raízes históricas de nossas sociedades.

De outro lado, há o grande desafio de apoiar o desenvolvimento de um sistema educacional que propicie uma educação permanente, capaz de atuar na realimentação e na transformação de todo o sistema com o fim de melhorar tanto a qualidade quanto a equidade desse sistema.

Muito se tem visto, nas últimas décadas, o desenvolvimento de reflexões sobre o destino das universidades e acerca dos processos universitários no contexto da relação Universidade-Sociedade. Do ponto de vista do destino da universidade, a I Conferência Geral da UNESCO, em 1993, determinou a elaboração de um documento de tendências,

publicado em 1995, sob o título "Políticas de Mudanças para o Ensino Superior". Questões cruciais são registradas como as questões de financiamento, acesso à educação superior, potencialização de qualidade, autonomia, avaliação, democratização de oportunidades, relevância social, mercado de trabalho, gratuidade, diversificação, relação com outros sistemas de ensino, pesquisa e pós-graduação.

O documento retrata o estado de crise do ensino superior em todo o mundo. Mostra que, apesar do crescente aumento de matrículas a partir dos anos 60, na década atual o suporte público está declinando. Acentua ainda que a distância entre ensino e pesquisa está cada vez maior tanto em relação aos países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento.

Como resultado de um processo de reflexões e de iniciativas concretas que vêm reafirmar no âmbito dos direitos humanos, enfatizando a educação como direito básico fundamental, 1998 marca a realização da Conferência Mundial sobre Educação Superior¹, trabalhando a temática "A Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação".

Dentre os princípios que a UNESCO defende para a universidade do próximo milênio, destacam-se os seguintes:

1. a universidade deve ser uma comunidade plenamente comprometida com a criação e disseminação do conhecimento, atrelada ao avanço científico e participando do desenvolvimento da tecnologia;
2. a universidade deve ser o local da aprendizagem do conhecimento com qualidade, comprometida em buscar o conhecimento para colocá-lo a serviço do desenvolvimento social;
3. deve ser uma comunidade que trabalhe a cooperação com as indústrias;
4. deve ser o local de questões e soluções debatidas e discutidas com um espírito crítico e construtivo, envolvendo os cidadãos nos debates sobre o progresso social, cultural e intelectual;
5. deve representar o espaço onde governos e instituições possam obter informações científicas para tomadas de decisão;
6. ser um local de indivíduos comprometidos com os princípios de liberdade acadêmica, onde busquem a verdade na defesa dos direitos humanos, democracia e justiça social, construção da cidadania e de uma cultura de paz.

¹ Realizada em Paris, entre 5 e 9 de outubro de 1998, com a participação de quase 200 países e cerca de 4.000 pessoas debatendo o futuro global da Educação Superior.

Pelo exposto, fica explícita a consideração de que a educação é a pedra angular dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento dos povos e das nações, a prioridade maior do mundo no século vindouro.

A respeito dos processos universitários no contexto da relação Universidade-Sociedade, em termos de análises, há uma tendência maior de aprofundamento nas questões concernentes à docência e à investigação e, de forma ainda menor, ao tratamento da extensão universitária. Isto é fácil de compreender, uma vez que a extensão, pelo contrário, é a função mais jovem e, nem sempre sua dimensão de trabalho tem sido bem definida.

Assim, torna-se preciso refletir sobre a necessidade de ampliar uma cultura de extensão universitária em função de se obter uma maior atribuição social à universidade.

REFLEXÃO EM TORNO DA UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE

No decorrer dos últimos anos, a universidade, especialmente a dos países latino-americanos, tem-se caracterizado pela ausência de políticas científicas e universitárias, situação agravada pela instabilidade de diretrizes e precariedade de meios e recursos financeiros disponíveis.

Especificamente, no Brasil, as universidades encontram-se em crise há muitas décadas, constantemente alijadas em seus orçamentos, o que vem ignorar a importância dos projetos de pesquisa existentes nessas universidades e os serviços comunitários por ela prestados.

A sociedade, em geral, espera e reclama que a universidade forme homens comprometidos, capazes de desenvolver seus conhecimentos e habilidades, que busquem soluções para os problemas comunitários, através de uma ação concreta sobre a realidade.

Entretanto, as análises de especialistas no que se refere ao panorama atual da crise de desorganização⁷ com toda a carga de desregulação da sociedade nas suas dimensões econômica, social e política, quando se trata de efetuar propostas concretas, em relação ao papel das universidades, nesse contexto, desembocam-se na lógica neoliberal, o que quer dizer, benéfica para os países centrais, mas neocolonizadora para os demais.

Especialmente nos países da América Latina, fenômenos tais como a globalização

⁷ Sentido empregado por SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 87.

neoliberal, a crise financeira mundial e outras ameaças que podem afetar as potencialidades do desenvolvimento futuro, atingem também, sensivelmente, as instituições educacionais. Impactos sérios existem, principalmente, nos setores públicos que se acham pressionados, como por exemplo, pelo Banco Mundial.

Desse modo, as universidades se encontram à prova de choque, como organizações que estão submetidas a esse contexto instável e difícil, embora compelidas a formular novas políticas e estratégias para enfrentar os desafios colocados.

Nesse panorama complexo, no curso das mais variadas forças, externas e internas, os fenômenos de maior impacto sobre as universidades podem ser vistos em função do desenvolvimento vertiginoso da ciência e da técnica, dos problemas de mercado de trabalho e da competência, dos processos de integração, da crise financeira, das exigências da sociedade com relação à avaliação e a sua própria credibilidade.

Ressalte-se aqui o trabalho de Santos (1995), que analisa as funções e a atuação das universidades “talvez a única instituição nas sociedades contemporâneas que pode pensar até as raízes as razões por que não pode agir em conformidade com o seu pensamento”. Esse excesso de lucidez, diz o autor, é que coloca a universidade numa posição privilegiada.

Mas, a falta de independência e a ruptura têm feito com que, em grande parte, a universidade ao aceitar um acréscimo em suas funções, que extrapolam seus objetivos, se afaste de suas reconhecidas atribuições de ensino, de pesquisa e de divulgação de cultura e de idéias.

Quando falamos que um dos objetivos da universidade é apontar uma educação que promova a consciência crítica e reflexiva sobre o mundo real e objetivo, com problemas e desafios concretos, confrontando-se comunitariamente, pressupomos, também, uma ação transformadora e uma ação concreta sobre a realidade. Na prática, contudo, vemos que essa problemática insere-se muito mais nas investigações acadêmicas que no trabalho extensionista.

Entretanto, não se pode perder de vista que a vinculação universidade-sociedade deve se pautar por uma relação sistemática a fim de condicionar todos os processos universitários, com regularidade, através de formas concretas via produção e serviços vinculados às relações econômicas e sociais que lhes dão sustentação.

Num contexto globalizador, da universidade se exige:

1. criação de uma consciência para promover uma melhoria da educação em todos os níveis, transparecendo o sentido de que o direito à educação está intimamente atrelado a uma educação de qualidade. Isto representa uma condição essencial para a inserção na economia mundial que sustenta critérios de produtividade e competitividade;
2. estar atenta com relação à correspondência de que a qualidade da educação superior incide no melhoramento da qualidade de todos os níveis de ensino e, ainda, que também a qualidade dos níveis inferiores tem ressonância direta sobre a educação superior;
3. a inclusão da ciência e da tecnologia em todo o sistema como forma de adquirir competências para fazer frente a novos contextos;
4. introdução da informática e da telemática como possibilidades de comunicação, sem fronteiras, com a comunidade global.

Por tudo, no desenvolvimento dessas funções, à extensão cabe um papel importante e fundamental. A extensão universitária pode, portanto, ser entendida como expressão da interação da universidade com a sociedade, uma vez que é possível, através dela, acontecer a comunicação por meio do diálogo, numa relação bilateral, que enriquece e promove o indivíduo.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

A universidade, como é bem conhecido, nasce na Idade Média como resultado de um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas, o que propiciou que alguns pudessem ter o privilégio de dedicar-se somente aos estudos e obter uma profissão. Nesse sentido, ainda que de forma embrionária, estava implícito o conceito de extensão, tendo em vista que esta instituição surge e se desenvolve dentro da sociedade e, portanto, comprometida com ela.

Historicamente, sabemos que na Universidade Medieval, sob a tutela do Papa, não havia preocupação com a extensão. Antes de tudo, acentuava-se a preocupação com a formação de especialistas em Filosofia, Teologia e Direito Civil ou Canônico, visando apenas à formação de quadros para a sustentação da Igreja. A Universidade Francesa moderna também trilhou o mesmo caminho. Voltou-se para formar os dirigentes face às exigências da Revolução Industrial e para consolidar o Estado Nacional. Na mesma linha, a Universidade

Inglesa cuidou da educação da nobreza e da elite, formando também técnicos especializados após o surgimento da Revolução Industrial. A Universidade Alemã teve como prioridade o fortalecimento do nacionalismo via atividades de pesquisa científica. Essa universidade, de estrutura estratificada, surgiu com dupla determinação. De um lado deveria “fortalecer o nacionalismo para salvaguardar a cultura alemã ameaçada pela ocupação francesa” tanto quanto desenvolver atividades científicas, como forma de “suprir a defasagem em que se encontrava a Alemanha em relação a outros países”.³

A Universidade Norte-americana, baseada no modelo europeu, cresceu mais livre e com um caráter utilitarista. Altamente estratificada socialmente, buscou formar “quadros científicos e humanísticos do mais alto nível, grande número de profissionais altamente competentes e uma multidão de trabalhadores comuns com preparo de terceiro nível”.⁴

A Universidade Latino-americana pode ser caracterizada pelo destaque corporativista, elitista e sempre aliada à aristocracia hegemônica e serviu, por longos anos, de suporte para as elites dominantes. A preocupação das universidades latino-americanas em estender sua ação mais adiante de seus limites surge da Reforma de Córdoba de 1918, na Argentina.

Há uma concepção geral, por parte dos estudiosos, de que os fundamentos da extensão no Brasil originam-se nas Universidades Populares, cujos objetivos voltavam-se para disseminar os conhecimentos técnicos entre o povo. Sobre esse aspecto, é importante a contribuição de Gramsci:

*... estes movimentos eram dignos de interesse e merecem ser estudados; eles tiveram êxito no sentido em que revelaram da parte dos simplórios um sincero entusiasmo e um forte desejo de elevação a uma forma superior de cultura e de uma concepção de mundo. Faltava-lhes porém qualquer organicidade, seja de pensamento filosófico, seja de pensamento cultural; tinha-se a impressão de que eles se assemelhavam aos primeiros contatos entre mercadores ingleses e os negros africanos; trocavam-se berloques por pepitas de ouro.*⁵

Na visão de Gramsci, esses intelectuais expressavam uma visão dominadora do saber, esquecendo de que o papel fundamental na disseminação dos conhecimentos deveria

³ FAGUNDES, Rev. CRUB, 1987, p. 107.

⁴ RIBEIRO, Darcy. *A Universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, pp. 54/5.

⁵ GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 17.

estar voltado para compreender as formas de vida e as propostas da classe trabalhadora.

Não se pode perder de vista que o papel dos intelectuais consiste em propiciar a emergência do sujeito, despertando a vontade e a capacidade dos indivíduos. Esse procedimento agride a lógica dominante do sistema que reduz o homem a mero consumidor. Assim, o sujeito, em choque com o sistema, procura num movimento de fuga, colocar-se fora do campo social, conformando, pela diversidade, uma homogeneidade fictícia de comunidade. Essa parece ser a configuração do tipo de universidade que tem se voltado através de seus programas de extensão (programas prontos e descompromissados com identidades específicas). De acordo com Touraine⁶ “as relações entre os intelectuais desarranjaram-se no século XX. (...) Tanto os intelectuais do século XIX foram levados por sonhos de futuro quanto os de meados do século XX foram dominados por sentimentos de catástrofe, do sem-sentido, do desaparecimento dos atores da história”.

Todavia, não se pode esquecer que o papel dos intelectuais compreende um estado de sintonia com a universidade, para juntos, definirem uma série de propostas que além de exigir um exame sério de sua postura, exigirá uma análise mais global que perpassa além das desigualdades, as tendências sociais e econômicas mais amplas, com uma reflexão acerca dos tipos de conhecimentos, experiências e propostas que são mais pertinentes.

A partir desses referenciais, a posição do intelectual será entendida por meio de parâmetros sustentados por uma (re)construção do significado das formas particulares de novas experiências socioculturais; na (re)consideração de novos elementos teóricos da (re)organização do conhecimento, em razão das alterações impostas pelas forças exteriores do mundo acadêmico.

Retornando à Gramsci, o intelectual exerce a função de organizador de toda a vida social. Define-se um intelectual pela sua função social. Tem um papel preponderante de atuar não como um elemento de fora, mas dentro de um processo de militância efetiva e orgânica.

Ainda para a compreensão dos fundamentos da extensão universitária brasileira, além das influências européias, a partir de 1860, vêm dos Estados Unidos dois direcionamentos de extensão: a extensão cooperativa ou rural e a extensão universitária em geral.

Segundo Gurgel (1986)⁷ estas duas modalidades marcam “um desejo de aproximação com as populações na intenção de ilustrá-las. Ambas, caracterizaram-se, desde o início,

⁶ TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 160.

⁷ GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez, 1986, p. 32.

pela idéia de prestação de serviços, o que vem, em muito, distanciar-se da concepção de extensão das universidades populares”.

O movimento de Córdoba, de 1918, acontecido na Argentina, por sua vez, destaca-se como uma das forças de relação da extensão com os movimentos sociais. Nesse movimento, os estudantes enfatizavam a relação Universidade-Sociedade por meio da operacionalização de propostas de extensão universitária, promovendo a difusão cultural. Esse referencial irá, mais tarde, influenciar a organização estudantil no Brasil, a UNE, desde 1938.

Percebe-se, assim, que por intermédio da extensão se projeta uma relação Universidade-Sociedade, marcada pela contradição do real papel da universidade, que foi sempre o de formar as elites governantes, expresso na criação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, hoje Universidade de São Paulo, primeira universidade do Brasil, criada em 1934.

Sem dúvida, o movimento de Córdoba representou a primeira confrontação entre uma sociedade que começava a experimentar mudanças em sua composição interna e uma universidade ligada a esquemas obsoletos. Tratava de definir uma nova relação, uma vez que esse movimento, como bem disse Darcy Ribeiro, foi “a principal força renovadora” de nossas universidades. O movimento não se deu por generalização espontânea, mas como uma resposta a uma nova situação social. Não se pode também restringi-lo aos limites acadêmicos, por mais que sejam as mudanças operadas. Necessariamente, é preciso considerá-lo dentro do contexto sócioeconômico e político que o originou. Ele ultrapassou o fato pedagógico e adquiriu contornos de singular importância para a evolução social dos países latino-americanos. O movimento de 1918 respondeu a um processo muito amplo e intenso de agitação social. Veio em função das mudanças na correlação das forças político-econômicas, vinculadas à expansão do capitalismo em toda a América Latina, face à emergência de uma classe média em seu afã de exigir acesso à universidade, até então controlada pela velha oligarquia latifundiária e pelo clero.

A universidade aparecia, aos olhos da nova classe emergente, como um canal capaz de permitir acesso e ascensão política e social. Daí que o movimento se propunha a derrubar os muros anacrônicos, os quais faziam da universidade um limite forte das classes superiores. Seus membros defendiam a liberdade dentro da universidade e a democracia fora dela. Pode-se perfeitamente assinalar que este movimento, desde o início, buscou a vinculação entre as reivindicações acadêmicas e a problemática política e social, ou seja, os interesses

propriamente acadêmicos se uniam a uma preocupação pela modernização da sociedade.

Nessa perspectiva, a carta de Córdoba em relação à extensão assim pontua: a) fortalecimento da função social da universidade; b) projeção ao povo da cultura universitária e preocupação com os problemas nacionais; c) unidade latino-americana; e d) luta contra o imperialismo e a ditadura.

Essas reivindicações assinalam que a Reforma de Córdoba se caracterizou como um movimento político-estudantil, enfatizando a necessidade de vincular a universidade ao povo e à vida da nação por intermédio da extensão. Portanto, caracteriza o papel da universidade nos processos de transformação social.

Dentre os objetivos fundamentais do movimento podemos ressaltar: abrir a universidade a setores mais amplos, sem considerar origem e posição social dos alunos e facilitar o acesso às profissões e especialidades; dar acesso ao ensino aos intelectuais e profissionais competentes, independentemente de sua ideologia; promover a democratização da universidade e vincular a universidade com o povo e com a vida da nação.

O movimento acenou a missão social da universidade ao incorporar a extensão e a difusão cultural entre suas tarefas normais. Por meio da extensão, a universidade deverá se vincular mais estreitamente com a sociedade e com os seus problemas. Por meio das atividades extra-muros, das escolas de temporada, da colaboração do trabalho estudantil, juntamente com as universidades populares, seria possível o cumprimento dessa missão social, oportunizando, em determinados momentos, uma maior conscientização e politização dos quadros estudantis; contribuindo, dessa forma, para a definição do perfil da universidade latina em outros países.

No tocante à realidade brasileira, mesmo assim, a universidade traz em seus objetivos a extensão, buscando articular a relação docente-discente-população, limitada à oferta de cursos, palestras e seminários.

Contudo, os ideais de Córdoba foram inspiradores na plataforma de lutas dos estudantes brasileiros. Inspiraram a elaboração, pela UNE, em 1938, do documento intitulado "Plano de Sugestões para a Reforma Educacional", no qual estão expressas as funções da universidade brasileira. São elas:

... promover e estimular a transmissão e desenvolvimento do saber e dos métodos de ensino e pesquisa através de exercício das liberdades de pensamento, cátedra. Da imprensa, de crítica e de tribuna de acordo com as necessidades e fins sociais; a difusão da cultura pela integração da universidade na vida social popular.⁸

Percebe-se que a extensão é vista na forma de difusão da cultura e de integração da Universidade-Sociedade, viabilizada pela divulgação de conhecimentos artísticos e científicos produzidos pela universidade. Ao se delegar à universidade a função de doadora de conhecimentos, mesmo mostrando-se preocupada com o povo, há um sentido de assistencialismo na extensão.

Ainda em 1961, os estudantes elaboraram outro documento intitulado “A Declaração da Bahia”, com o apoio de intelectuais da época. Dois aspectos do documento merecem ser destacados: a análise da Universidade Brasileira e a Universidade do Brasil, acentuando as seguintes diretrizes: a) “lutar pela reforma e democratização do ensino; b) abrir a universidade para o povo, por meio da criação, nas faculdades, de cursos de alfabetização de adultos e cursos para líderes sindicais nas Faculdades de Direito; c) colocar a universidade a serviço das classes desvalidas; d) fazer da universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, por meio da ação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de gestão junto aos poderes públicos e possibilidade de cobertura aos movimentos de massa”.⁹

Percebe-se nessas diretrizes o destaque das características de uma nova universidade mais democrática e com caráter extensionista. Nesse contexto são significativas as propostas do CPC (Centro Popular de Cultura). Ressalte-se, ainda, a universidade a serviço de órgãos governamentais e gestora na defesa de reivindicações populares.

Entretanto, não podemos deixar de pontuar que, neste documento, o caráter da extensão está marcado pelo saber autoritário e paternalista.

Nos contextos subsequentes, do ponto de vista da extensão, na época do regime militar, vários programas foram criados, buscando a integração estudante-comunidade. São exemplos os CRUTACs, Projeto Rondon, Operação Mauá, momentos que oportunizaram aos estudantes o desenvolvimento de atividades profissionais.

⁸ POERNER, Artur José. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁹ UNE. *Declaração da Bahia*. Salvador, 1961 (mimeo).

A partir de 1968, com a Reforma Universitária, a extensão é institucionalizada, firmando-se a idéia de prestação de serviços; a relação universidade-sociedade, a partir deste momento, é oficialmente definida e se dá pela oferta de cursos.

Certamente, com estas características e a partir dos atuais debates sobre os impactos dos agentes de mudança sobre as instituições educacionais, pela complexidade do papel da universidade e, portanto, da extensão, novas formas de trabalho devem ser compartilhadas e assumidas para que haja uma autêntica relação Universidade-Sociedade. Faz-se necessário estabelecer ações baseadas na visão de uma "utopia de trabalho". Trabalho de qualidade, significando a possibilidade do domínio de um saber desinteressado que se manifesta na aquisição de uma cultura científica e tecnológica, que vise ao desenvolvimento da capacidade máxima para transformar os indivíduos aptos para contribuir com o mundo produtivo, com um espírito crítico que fortalece o compromisso para a transformação de uma realidade social permeada por estruturas de poder, que beneficia apenas uma pequena parcela da sociedade.

Para tanto, a partir desse sentido de trabalho, uma proposta de extensão poderia ser não a de construir trabalhos que aprimorem ações e construções aderentes ao processo de uma ciência e de uma tecnologia sem fronteiras externas, mas sim, ciência e tecnologia construídas socialmente na busca de soluções para um mundo melhor. Esse trabalho pressupõe, portanto, uma ação que deve ser construída a partir da nossa realidade concreta. Esse trabalho transcenderá os muros da universidade atingindo uma dimensão externa, onde estarão presentes a comunidade, os organismos e movimentos sociais amplos. Nessa forma de ação abrir-se-á a potencialidade de um trabalho cooperativo, gerado na e com a comunidade. Portanto, desta forma a extensão poderá ter uma outra dimensão. Sua ação surgirá a partir de uma realidade objetiva. Trabalhará as tensões próprias de um trabalho cooperativo. Buscará objetos de pesquisa necessários para a construção do conhecimento novo, exercendo, junto com a universidade, o seu papel social.

Poder-se-ia sonhar, por que não, com um trabalho de extensão que retrate uma universidade que valorize a diversificação no sentido de reforçar a igualdade de oportunidades, por meio de projetos educativos inovadores e pluralistas, sustentados pela busca do pensamento crítico e criativo em nossas universidades. Um dos caminhos possíveis seria o de operacionalizar projetos de escolas virtuais, em fase crescente nos dias presentes, bem como atuar em projetos de educação a distância, também uma nova possibilidade que vive um período de grande expansão.

Não se permite mais continuar reduzindo a extensão como prestadora de serviços paliativos e paternalistas, sob a forma de cursos e palestras. A extensão deve incorporar as novas dimensões do conhecimento que caracterizam a vida moderna. O conceito de modernidade deve estar associado ao sentido de humanização privilegiando a qualidade de vida para os indivíduos e a sociedade, com atitudes dialógicas, participativas e solidárias. O retorno será compreendido pela sua influência nas atividades de ensino e de pesquisa.

Pelo exposto, a atuação da universidade estaria inserida dentro dos marcos referenciais das metas definidas pela Declaração Mundial sobre Educação Superior para o século XXI: Visão e Ação. No que se refere ao documento sobre "Missões e Funções da Educação Superior", a universidade deverá contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da sociedade como um todo.

Para isto deverá promover, gerar e difundir conhecimentos por meio da pesquisa e, como parte de sua atividade de extensão à comunidade, oferecer assessorias relevantes para ajudar as sociedades em seu desenvolvimento (cultural, social e econômico), promovendo e desenvolvendo a pesquisa científica e tecnológica, assim como os estudos acadêmicos nas ciências sociais e humanas e a atividade criativa nas artes. Deverá ainda reforçar o seu papel de serviço extensionista à sociedade, especialmente por meio das atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, em uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar para a análise e resolução dos problemas levantados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *La Universidad Latinoamericana*. Editorial Santiago de Chile, 1971.

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. *A Universidade Analisada sob o Parâmetro da Extensão*. Tese de Doutorado, Universidade Metodista de Piracicaba, SP, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

UNE. *Declaração da Bahia*. Salvador, 1961 (mimeo).

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação Superior; Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação; Marco Referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da Educação Superior*. Tradução: Amós Nascimento. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1998.